

Simonsen: 'desindexação' *economia - Brasil* anularia efeitos da máxi

09 ABR 1983

Da sucursal do
RIO

O ex-ministro do Planejamento e diretor do Citibank, professor Mario Henrique Simonsen, disse ontem, no Rio, que teme os efeitos de propagação, nos próximos meses, da pressão inflacionária que se manifestou no mês de março, quando foi atingida a segunda maior taxa de inflação da história do País, com 10,1%. Segundo ele, ha pelo menos dois pontos onde deveriam ser adotadas medidas para corrigir esse impacto — a política salarial e a correção monetária.

Ele voltou a insistir na necessidade de "desindexação" da economia, para evitar que os efeitos da maxidesvalorização do cruzeiro — que tiveram um peso determinante na inflação de março — continuem influenciando sobre o Índice Geral de Preços e reproduzindo-se nos diversos segmentos econômicos. A "desindexação", abrangendo o desligamento da correção monetária dos índices de inflação e a mudança na política salarial por meio de um acordo geral entre sindicatos de trabalhadores, empresários e governo, é, para Simonsen, o único caminho viável no sentido de evitar os reflexos negativos da máxi.

COTAS DO FMI

O ex-ministro do Planejamento abordou também a questão do aumento das cotas do Fundo Monetário

Internacional, contestando a posição externada ontem pelo ex-secretário norte-americano William Simon, contrário ao aumento das cotas. Segundo Simonsen, interessa ao Brasil um reforço das organizações multilaterais de crédito internacional e o fato apontado por Simon, de que o mundo monetário não é mais controlado pelos Estados Unidos, "só vem ao encontro da nossa posição". Acrescentou que "os Estados Unidos não podem pretender este controle, assim como o Brasil (ou o México) não deve ter essa aspiração. O importante é sustentar o crédito multilateral".

IMPOSTO DE RENDA

Simonsen fez esses comentários durante o almoço da Comissão de Desenvolvimento do Mercado de Capitais (Codimec) em homenagem ao empresário Antonio de Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio. Ele apoiou integralmente a proposta de Simonsen, no sentido de uma anistia fiscal para os lucros e rendimentos obtidos com a chamada "economia invisível" — aplicações em títulos ao portador, ouro, dólar e outras, fora do alcance do fisco — e a sua incorporação ao capital das empresas. Para Simonsen, a medida beneficiaria especialmente as pequenas e médias empresas, embora a curto prazo não tenha nenhum efeito sobre as taxas de juro.